

CONSTITUINTE

PFL marca reunião para decidir se substitui Afonso Arinos

por Cecília Pires de Brasília

Na terça-feira, deve ser desatado o último nó para que as comissões e subcomissões possam, finalmente, ser instaladas e começar a funcionar. Está marcada, para esse dia, uma reunião da bancada do PFL onde se deverá decidir proposta feita pelo vice-líder na Câmara deputado Alceny Guerra, com a concordância do senador Carlos Chiarelli e do líder na Câmara José Lourenço, para substituir a indicação do jurista Afonso Arinos para a presidência da Comissão de Sistematização pela do próprio Chiarelli. Na última sexta-feira, Alceny explicou o motivo:

"Afonso Arinos tem uma competência profissional e um saber jurídico incontestável, mas o PMDB e outros partidos indicaram para a Comissão de Sistematização pessoas ágeis no debate, com velocidade de argumentação. A extensão dos debates e a rigidez dos trabalhos não são condizentes com as condições do jurista Arinos, que não está no seu auge físico", disse Alceny. O próprio vice-líder admite, no entanto, que o partido está dividido em torno da idéia.

Outra polêmica que se acirra nesta terça-feira é em torno da indicação do relator da Comissão de Sistematização que tem, de forma explícita, três candidatos: o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), o deputado Pimenta da Veiga (MG) e o deputado Bernardo Cabral (AM), numa indicação que cabe, por acordo, ao PMDB. Covas e os vice-líderes da Constituinte têm realizado um intenso trabalho de consultas junto ao partido e o líder espera poder indicar este no-



Mário Covas

me ainda na terça-feira, para a eleição, na quarta-feira.

Fontes ligadas a essa liderança admitem que, se os contatos no partido não levarem a um acordo, poderá haver disputa pelo voto, fato que Mário Covas quer evitar para não ocorrer desgaste no partido. O mesmo informante acrescentou também que estava em gestação um documento dos coordenadores das bancadas do PMDB em apoio a Bernardo Cabral. Cabral é apoiado pela maioria do grupo moderado do partido, mas tem a simpatia pessoal do líder Mário Covas.

Pimenta da Veiga tem o apoio do deputado Ulysses Guimarães, do líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique, e do grupo a eles ligado, identificado com uma parte dos progressistas do partido, além de um setor da bancada mineira. Fernando Henrique, por seu lado, não teria óibices por parte de Ulysses e seu grupo, nem por parte de Mário Covas, embora as disputas regionais tornem difícil um apoio por parte de Covas a uma estrela que

O começo do trabalho

Após acertar todos os detalhes para o seu funcionamento, os constituintes começarão a trabalhar efetivamente na elaboração da nova Constituição brasileira até o final da próxima semana. Quem afirma isso é o senador do PFL, Carlos Chiarelli à Agência Globo. "Na quinta, ou no máximo na sexta-feira, os constituintes começarão a bater as portas de um edifício forte e duradouro", disse Chiarelli, acreditando que até lá todas as comissões e subcomissões estarão com os seus cargos preenchidos e prontos para o

pode significar sobre a sua liderança.

Covas definiu o perfil para o relator dessa comissão. "Ele não precisa ser um jurista como Afonso Arinos. Se tiver esta qualidade, é positivo. Tem que ser um político hábil. Os três candidatos têm alguns destes pontos e não têm outros e são igualmente capazes", finalizou Covas.

PMDB

Depois de um longo fim de semana permeado de reuniões entre as principais lideranças do PMDB na Constituinte, as oito comissões temáticas elegerão nesta terça-feira os presidentes das 24 subcomissões e estes indicarão os relatores. Até o início da noite de sexta-feira, uma única subcomissão, a da Distribuição Tributária, causava ainda problemas para o PMDB. Com direito a 11 lugares, as lideranças tentavam acomodar os pedidos de 23 parlamentares para compô-la.

O líder do PMDB na Constituinte, senador Má-

rio Covas, dirigia o processo de consultas, agora ampliado, com a ajuda dos vice-líderes do partido e coordenadores das bancadas, para tentar acomodar a série de críticas que as correntes moderadas do partido, capitaneadas pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'anna, fizeram contra o processo de escolha ao longo da semana.

"Não pretendo marginalizar ninguém", disse Covas. "Não identifico, também, setores conservadores, moderados ou progressistas dentro do partido, mas o PMDB como um todo. E possível que devesse dedicar mais tempo para ouvir o deputado Carlos Sant'anna, que além de tudo é o líder do governo, mas não houve de minha parte desconsideração e sim falta de tempo, diante da exiguidade dos prazos", desculpou-se Covas. Outro problema foi solucionado no final da semana por Covas, decidindo-se pelo deputado Almir Gabriel, em vez de Domingos Leonelli para relator da Comissão da Ordem Social, que pretendia o cargo.

O líder do PMDB no Senado afirmou também que os líderes do partido foram consultados e que Covas procurou atender a todos os setores. "O que está pendente deve ser resolvido pela negociação e não pela reclamação." Lembrou ainda que "Sant'anna é o líder do governo na Câmara e não na Constituinte, embora seja um deputado influente", concluiu.

O líder do PMDB no Senado afirmou também que os líderes do partido foram consultados e que Covas procurou atender a todos os setores. "O que está pendente deve ser resolvido pela negociação e não pela reclamação." Lembrou ainda que "Sant'anna é o líder do governo na Câmara e não na Constituinte, embora seja um deputado influente", concluiu.

O líder do PMDB no Senado afirmou também que os líderes do partido foram consultados e que Covas procurou atender a todos os setores. "O que está pendente deve ser resolvido pela negociação e não pela reclamação." Lembrou ainda que "Sant'anna é o líder do governo na Câmara e não na Constituinte, embora seja um deputado influente", concluiu.

As propostas de Sarney Filho

O deputado constituinte Sarney Filho (PFL-MA) apresentou, na sexta-feira, algumas propostas à Assembleia Nacional Constituinte para serem debatidas nas comissões temáticas. Entre as propostas apresentadas estão uma que estabelece a neutralidade do Brasil nos conflitos internacionais outra que proíbe a fabricação de artefatos bélicos nucleares no Brasil, segundo a EBN.

Em outra proposta, o parlamentar defende como dever de todos e do Estado promover a preservação e a recuperação do meio ambiente.

Outra sugestão apresentada é no sentido de disciplinar a participação das regiões Norte e Nordeste nas transferências tributárias federais e dispor sobre a tributação da renda ou proventos das pessoas físicas.

ENCONTRO COM SINDICALISTAS

Trabalho avalia as reivindicações levadas a Sarney

por Thais Bastos de Brasília

O presidente José Sarney já está devidamente municiado de argumentos sobre cada uma das dezenove reivindicações encaminhadas a ele pelo movimento sindical. Mas, além disso, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, aproveitou a audiência de quinta-feira última com o presidente para lhe dar informações sobre o perfil de cada um dos líderes sindicais convidados para o encontro na Granja do Torto, neste sábado.

A informação foi dada a este jornal por um dos assessores de Pazzianotto, lembrando que a preparação não é sinônimo de que o governo tema um confronto, "mas o presidente poderá usar dos argumentos de que dispõe se quiser e se for preciso". A fonte argumenta que pelo menos um dos interlocutores do presidente — o líder da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, é visto com reticências pelo Planalto, que o considera "extremado e inoportuno em suas colocações".

Entre as dezenove reivindicações, a fonte do Ministério do Trabalho considera como "totalmente fora de cogitação" pelo menos três: a que pede um reajuste geral dos salários para repor perdas a partir da última data-base anterior ao cruzado, "porque o governo já fez isso ao dar abono de 8% a todos os trabalhadores em 1º de março de 86", justifica; uma segunda, que pleiteia congelamento de preços de gêneros de primeira necessidade e tarifas públicas, além de aluguéis, "porque o governo acaba de anunciar que a economia volta a ser livre de congelamentos"; e ainda uma terceira, onde os sindicalistas reivindicam ensino e saúde públicos e gratuitos, em todos os níveis, para todos os brasileiros. "Esta, então, é a mais utópica de todas, pois não existem recursos para tanto e, mesmo que houvesse em abundância, somente em longuíssimo prazo tal reivindicação poderia ser atendida", raciocinou.

Entre as reivindicações vistas como "possíveis" de

Joaquim pede a Covas mais atenção do PMDB

por Cecília Pires de Brasília

O presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Joaquim dos Santos Andrade, visitou o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, na última sexta-feira, para condenar o projeto que está sendo elaborado pelo Ministério do Planejamento, dispondo sobre a adoção da Convenção 87 para reger as regras do sindicalismo no Brasil. Joaquim pediu que o partido não desse apoio ao projeto e solicitou ainda que o PMDB dedique atenção especial às questões sindicais.

"Nós pregamos a liberdade e a autonomia sindical e não acreditamos que a Convenção 87 seja o único caminho para isto", disse Joaquim, expressando a opinião da CGT. Joaquim acha ainda que o partido deve dar mais atenção aos

atendimento pelo governo, o assessor de Pazzianotto considera as que tratam de escala móvel mensal de reajuste salarial, "porque isto nunca foi totalmente descartado pelo governo, apesar de que só com inflações em patamares inferiores a 3% mensais essa política poderia vigorar sem risco de realimentar a inflação", explica; aquela que pede reajustes dos proventos de aposentados e pensionistas de forma a recuperar perdas passadas, a participação do DIEESE na elaboração de um índice de inflação e valor do salário mínimo; e ainda a reivindicação que exige o fim da especulação financeira. "O próprio ministro da Fazenda afirmou ao PMDB que pretende definir com os bancos uma séria política de contenção das taxas de juro", disse um assessor, reforçando o caráter factível da reivindicação.

As reivindicações que dizem respeito ao aumento das aposentadorias estarão, nesta segunda-feira, a meio caminho de sua concretização. O presidente Sarney enviará ao Congresso Nacional um projeto de lei aumentando entre 2 e 19% os valores das aposentadorias (correção de defasagem dos valores pagos em relação a 1979) e ainda fixando como piso mínimo para os benefícios urbanos (aposentadorias, auxílio-doença, auxílio-reclusão e pensão por morte) 95% do valor do salário mínimo vigente. Na avaliação de José Carlos Assis, assessor do ministro da Previdência Social, o PMDB em peso aprova os aumentos, sendo o projeto considerado, de antemão, como praticamente aprovado.

Alguns dos pleitos do movimento sindical, entretanto, são considerados por assessores de Pazzianotto como muito mais "uma questão de luta de classes do que concessão do governo", ou seja, a própria dinâmica da negociação sindical pode levar à sua concretização. Entre elas, a fonte cita a garantia e estabilidade no emprego, a redução da jornada de trabalho semanal para 40 horas, a revogação da Lei de Greve e extinção dos processos de punições a grevistas.

problemas sindicais, pois tem uma representação muito pequena na Constituinte. Na verdade, são raros os parlamentares do PMDB eleitos diretamente pelo movimento sindical para representá-los nos trabalhos constituintes, apenas deputados simpáticos à causa.

Joaquim contestou ainda as queixas que o presidente Sarney teria feito do movimento sindical, por falta de apoio explícito à moratória. "Como vamos apoiar a moratória? Ela sempre foi uma bandeira da Central e do movimento sindical, mas a suspensão dos juros por três meses não é moratória. Além do mais, defendo uma auditoria da dívida externa para saber quanto temos efetivamente de pagar aos credores", disse o líder sindical.

Para Joaquim, o próprio PMDB não tem posturas definidas com relação a vários projetos ou idéias.